



A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA EM ARQUIVÍSTICA: ASPECTOS CULTURAIS E IDEOLÓGICOS

Barros², Thiago Henrique Bragato; Moraes, João Batista Ernesto³

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista – UNESP - Brasil

RESUMO

As metodologias de tratamento documental da Arquivística, como todas as disciplinas do conhecimento, estão sujeitas a atuação do seu contexto social, histórico e cultural na constituição de sua teoria. Portanto, essas metodologias e os acervos tratados estão impregnados por seus contextos, e acabam por influenciar diretamente como a documentação será organizada e quais os caminhos e tendências teóricas vão ser tomadas. Desta forma, buscou-se traçar o panorama teórico estabelecido em manuais de Arquivística, baseando-se principalmente, na Análise do Discurso como disciplina chave para o entendimento de quais são as diferenças e pontos de comunhão conceitual nas tradições Arquivísticas estudadas. A Análise do Discurso é uma disciplina que pode contribuir para o crescimento conceitual da Arquivística, pois é por meio do jogo de enunciados, permeados por posições ideológicas colocadas em jogo no processo histórico-social, que o texto é produzido. Sendo, a Arquivística um produto do conhecimento construído historicamente, o contexto de produção conceitual acaba por refletir-se nas diferentes correntes de pensamento e na abordagem metodológica. Então, faz-se necessário elencar manuais para proceda-se a tal análise. Os manuais aqui discutidos foram selecionados pelo seu cânone e sua ampla divulgação na área da Arquivística, sendo eles: para a Arquivística brasileira, o manual *Arquivos Permanentes*, de Heloisa Bellotto; o manual *Fundamentos da Disciplina Arquivística*, de Rousseau & Couture, de uma corrente integradora ligado a tradição canadense; e para a escola espanhola, o manual *Archivística Geral*, de Antonia Herrera. Buscou-se nestes manuais a maneira como são discutidos dois fundamentos/noções chave para a metodologia de organização Arquivística: A Descrição e a Classificação, estabelecendo-se, a partir destes conceitos, quais são os discursos entrelaçados nestes textos e os relacionando com seus aspectos histórico-culturais.

² Bacharel em Arquivologia. Mestrando do programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação UNESP.

³ Professor Assistente Doutor do Departamento de Ciência da Informação (DCI) da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP – Campus de Marília.



ABSTRACT

The methodologies of documental treatment of Archival Science, like many other disciplines, are submit to the performance of the social, historical and cultural contexts, on the constitution of the theory. Thus, these methodologies and the treaty documents are imbued by its contexts, and influence how the documents can be organized and which ways and theoretical tendencies will be taken. On this way, This investigation seek to delineate theoretical landscape established on the Archival Science manuals, based on the Discourse Analysis as a key discipline for the understanding of what is the difference and the points of conceptual communion the on tradition of organization in the studied contexts. The Discourse Analysis is a discipline that can contribute for the conceptual growth of the Archival Science, because, is through the statements game permeate by ideological positions placed on the social-historical process, where the texts is produced. The Archival Science is a product of knowledge historical build, the contexts of the conceptual production reflect on the current thought and on the methodological approach. Then, is necessary raise manual to proceed that analysis. The manuals selected to be analyzed has been selected by its c anon and the ample divulgation on the Archival Science area, They are: for the Brazilian Archival Science, the manual *Arquivos Permentes* , of Heloisa Bellotto; the manual, *Fudamentos da Disciplina Arquivística*, of Rousseau & Couture, based on a integrated view characteristic of the Canadian tradition ; and for the Spanish tradition the manual *Archivística Geral*, of Antonia Herrera. Seeking on this manuals the way that is argued two key notions or fundamentals for the Archival Science organization methodology : The Description and the Classification, establish, through this concepts, which are the interlaced discourses on this texts and with its connected historical-cultural aspects

PALAVRAS- CHAVE

Manuais de Arquivística; An alise do Discurso; Epistemologia; Classifica o-Descri o;

KEY- WORDS

Archival Science Manuals; Discourse Analysis; Epistemology; Classification-Description



1. INTRODUÇÃO

Buscando uma perspectiva de estudo e análise diferenciada, procurou-se, através da Análise do Discurso, compreender e identificar a formação discursiva da Arquivística, bem como suas relações com outras formações, com o intuito de se traçar um panorama histórico-conceitual da disciplina.

Para se pensar a história de um campo de saber/técnico é necessário não se deixar fascinar por uma só representação da produção dos conhecimentos que os concebe em um campo de verdade intemporal. É necessário pensar que a história de um campo de saber não é algo evolutivo, e parte de um “progresso”, ao contrário, a história do saber está diretamente ligada a uma serie de etapas, fruto de relações conflituosas, de aceitação e refutação, de poder. É preciso estar atento ao fato de que, buscar a história de uma disciplina, representa um esforço para pesquisar e fazer compreender o percurso, e existe, neste esforço, na refutação e aceitação do saber o qual pode ou não ser fixado. A história das disciplinas/ciências é inacabada (Gregolin, 2008)

Por meio da análise do discurso, busca-se estabelecer as relações e compreender como surgiu, e o que se pode entender hoje como Arquivística, uma vez que não se pode compreender os conceitos como estáticos e desgrudados dos conflitos que os fizeram emergir, não se esquecendo que existem silêncios nesta história conceitual, mas até mesmo os silêncios neste caso podem dizer algo a respeito do estado das coisas na disciplina.

A Análise do Discurso é uma disciplina com características interdisciplinares muito fortes, buscando conceitos e teorias nas áreas da história e sociologia principalmente. O aparecimento desta disciplina é devido em grande parte pelo aparecimento do estruturalismo na França e por uma confluência, muitas vezes não tranqüila, de teóricos, entre eles Pêcheux, Foucault e Althusser. Diferentes em seus projetos para a compreensão das sociedades, das instituições, das relações, seus textos contribuíram, de alguma maneira, para a formulação da disciplina e para o aparecimento da maioria dos seus conceitos chave.

Existe uma falta de consenso na área a respeito do papel de Foucault para a disciplina. Ora ele ocupa a cadeira central, ora é visto como um coadjuvante, porém, é consenso que seu livro *A Arqueologia do Saber* (*L'Archéologie du savoir*), livro no qual fundamenta sua visão de discurso, enunciado e formação discursiva, é fundamental para o entendimento da disciplina.

Para este estudo, optou-se pela adoção da análise do discurso à francesa e tendo como base teórica Foucault e complementarmente as abordagens discursivas de Pêcheux, já que é consensual na área de AD que Pêcheux é uma das figuras centrais para o aparecimento da disciplina.



As formas de abordar os discursos são quase que infinitas, porque pode-se proceder a análise a partir de prisma muito amplo. Por exemplo, pode-se abordar a Arquivística através dos periódicos técnico-científicos da área, das instituições coletoras de arquivos, dos profissionais, etc. pode-se vislumbrar uma grande possibilidade de discursos – e formações discursivas – entrelaçada por suas relações enunciativas, mas seria uma análise periférica ao núcleo da disciplina, pois a Arquivística é ensinada e apreendida através de seus manuais desde o início de sua fundamentação e os lugares (instituições) e profissionais (sujeitos) estão imersos e refletidos neste tipo de produção textual.

Com isso, buscou-se compreender um pouco desta formação discursiva a partir de manuais célebres da área, sendo três os manuais selecionados para análise: *Arquivos Permanentes*, de Heloísa Liberalli Bellotto; *Fundamentos da Disciplina Arquivística*, de Rousseau & Couture; e por ultimo o manual de Antonia Herrera, *Archivística Geral*.

Foram selecionados estes manuais pela sua ampla divulgação no campo discursivo da Arquivística em eventos, artigos, etc. Buscou-se, ainda, representar através destes manuais três tradições arquivísticas, diferentes, mas não excludentes, a brasileira, a canadense, e a espanhola.

Ressalta-se, ainda, que dentro dos enunciados possíveis de serem encontrados e analisados nestes manuais, serão estudados três temas fundamentalmente importantes para a Arquivística, já que sem esses enunciados o arquivista, não iria possuir ferramentas para a Organização da Informação. São eles: a *descrição e a classificação*, suas formulações enunciativas fundamentais.

Configura-se, desta maneira, um panorama bastante interessante a respeito da Arquivística como uma formação discursiva e os enunciados que são formulados em seu interior.

2. A ANÁLISE DO DISCURSO: PRECEITOS FUNDAMENTAIS

A noção elementar que se tem de discurso como sinônimo de mensagem, informação, pronúncia de meras palavras combinadas em frases, não corresponde ao interesse básico da AD (Análise do Discurso). Podendo estar relacionada tanto à História quanto à Sociologia, a AD vai buscar, na verdade, o sentido ou sentidos produzidos pelo sujeito ao elaborar um discurso, as suas intenções e a forma como é recebido por quem ouve ou lê suas palavras. Por isso Pêcheux (1991) define discurso como “efeito de sentidos entre interlocutores”.

Os estudos do texto e do discurso têm como meta o exame das relações entre enunciação, discurso e fatores sócio-históricos, e representam a abertura do campo de exploração da semântica para a produção concreta de enunciados em meios diversos.



Os textos (orais e escritos), como manifestações de discursos diversos, se apresentam como unidades de análise, devendo ser compreendidos em sua *organização*, em sua *temática*, em seu *gênero*, em seu *estilo* – ou seja, em seu uso.

Se a análise do discurso pode ser entendida como a disciplina que tem por objeto o texto contextualizado, produzindo, portanto, um efeito que se convencionou chamar discurso, é um fenômeno que pode ser particularizado pelo seu elemento fundamental, o enunciado.

O enunciado é fundamental porque ele é conjunto de sentidos mais elementar que pode ser particularizado dentro do discurso.

Foucault(1997, 133 p.) esquematiza o enunciado da seguinte maneira:

Examinando o enunciado, o que se descobriu foi uma função que se apóia em um conjunto de signos, que não se identifica nem com aceitabilidade gramatical, nem com a correção lógica, e que requer, para realizar, **um referencial** (que não é exatamente um fato, um estado de coisas, nem mesmo um objeto, mas um princípio de diferenciação); **um sujeito** (não a consciência que fala, não o autor da formulação, mas uma posição que pode ser ocupada, sob certas condições, por indivíduos indiferentes); **um campo associado** (que não é o contexto real da formulação, a situação na qual foi articulada, mas um domínio de coexistência para outros enunciados); **uma materialidade** (que não é apenas a substância ou o suporte da articulação, mas um status, regras de transcrição, possibilidade de uso ou de reutilização)

O discurso pode ser entendido como uma ordem na qual se encontra um campo de experiência, ou seja, um referencial. O discurso é um lugar no qual se circunscreve o campo da experiência e do saber possível, com um campo de experiências, orientadas, contextualizadas, assumidas (Charaudeau e Maingueneau, 2004).

Desta forma, “Um enunciado pertence a uma formação discursiva como uma frase pertence a um texto, e uma proposição a um conjunto dedutivo”. (Foucault, 1996, p.135).

Segundo Guespin (Apud Charaudeau e Maingueneau, 2004, p.196):

O enunciado é a sucessão de frases emitidas entre dois bancos semânticos, duas pausas da comunicação; o discurso é o enunciado considerado do ponto de vista do mecanismo discursivo que o condiciona. Assim, olhar um texto sob a perspectiva de sua estruturação “em língua” permite tomá-lo como um enunciado; um estudo lingüístico das condições de produção desse texto possibilita considerá-lo um discurso

Maingueneau (2005), buscando exemplificar como funciona o processo de análise e todo jogo discursivo estabelecido e como o contexto influencia no entendimento de um texto, utiliza de um exemplo simples, a expressão “NÃO FUMAR”. O entendimento dela parece simples e imediato, porém existe um jogo discursivo bastante complexo para o entendimento desta expressão.



Primeiramente é necessário atribuir a essa expressão o status de enunciado, isto implica atribuir uma fonte enunciativa, no caso, um sujeito que, servindo-se de sua própria língua, tem a intenção de transmitir sentido a alguém e o contexto em se coloca essa expressão dita à leitura que fazemos dela.

Por exemplo, esta expressão em uma placa branca e vermelha padronizada fazendo referência a um artigo de uma determinada lei em um ônibus, obviamente significará que é proibido fumar naquele veículo, porém, se colocarmos a mesma placa em uma galeria de arte o sentido dado à placa muda completamente.

Portanto, o contexto, incluindo nesta idéia, o local, os sujeitos, a estrutura de apresentação, são elementos externos à própria expressão que dá suporte para o entendimento do enunciado propriamente dito, justamente por esse jogo que Foucault estabelece estes quatro preceitos fundamentais para o enunciado. É claramente perceptível um campo de referência, um sujeito, um campo de associação entre a referência e o sujeito e uma materialidade de possível de reutilização.

Esta noção fundamental de enunciado acompanha outras duas: a de Formação Ideológica (FI) e de Formação Discursiva (FD), podendo ser compreendidas da seguinte maneira, a formação discursiva:

O nível do enunciado: diz respeito ao sistema de formação dos enunciados que englobaria “um feixe complexo de relações” funcionando como regra. Enquanto regra, esse sistema determinaria “o que pode e deve ser dito” por um sujeito falante situado num dado lugar, num dada conjuntura, no interior de uma formação discursiva, sob a dependência do interdiscurso dessa última. Esse nível é o lugar da constituição da “matriz de sentido” de uma formação discursiva determinada no plano dos processos históricos de formação, reprodução e transformação dos enunciados. Esse nível se situa no plano das regularidades pré-terminais “aquém da coerência visível e horizontal dos elementos formados (...)”. O nível de formulação: refere-se ao “estado terminal do discurso” onde os enunciados manifestam certa “coerência visível horizontal” Trata-se do intradiscurso em que a seqüência discursiva existe como discurso concreto no interior do “feixe complexo de relações” de um sistema de formação (Courtine apud Brandão, 1997, p. 41).

A formação discursiva é o conjunto de enunciados relacionados e esta relação é estabelecida partir de um lugar e de sujeitos específicos, a exemplo, encara-se aqui a Arquivística como uma formação discursiva, e encará-la como tal, é perceber que seu conjunto de técnicas, saberes, sujeitos e instituições que estão relacionados pelos enunciados que produzem, e estes enunciados estão relacionados com o contexto ideológico, com o poder, em um jogo estabelecido no espaço-tempo cheio de conflitos. Desta forma, encará-la assim é perceber que os conceitos da disciplina estão sujeitos a um embate externo a ela mesma e que a desconstrói e modifica.

Buscando deixar claro como se compreende este conceito, fundamental para a análise, Maingueneau (1997) esclarece que não se trata de considerar a formação discursiva



como algo produzido por um sujeito único e exclusivo, mas por uma *posição* circunscrita no espaço-tempo que pode claramente se relacionar.

Já sobre a FI em específico, segundo Pêcheux, ela pode ser considerada “um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são individuais nem universais, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflitos” (1990, p. 11)

A Formação Ideológica são os elementos externos à própria formação discursiva, como colocado anteriormente, ela é as relações que a formação discursiva estabelece no nível do poder, ela é a formação que atravessa e modifica a formação discursiva.

A exemplo da própria Arquivística, todas as disciplinas estão sujeitas aos acontecimentos externos a si próprias, e os embates entre o poder e o saber provocam mudanças em sua estrutura. Por exemplo, a Arquivística apresenta uma serie de mudanças estruturais recentes, devido aos novos contextos de produção documental, de documentos eletrônicos, de sistemas computacionais de informação, e o aparecimento destes “novos” documentos é fruto de uma mudança externa à própria teoria da Arquivística, porém provoca atravessamentos e isso modifica a estrutura discursiva. Esta, diferente das estruturas clássicas da ciência, é claramente muito mutável e passível de contextualização. Analisar o discurso é perceber esses atravessamentos e mostrá-los na análise.

3. AS TRADIÇÕES ARQUIVÍSTICAS: HISTÓRICO E ANÁLISE

a. Histórico e critérios de análise

A história da Arquivística está muito ligada ao aparecimento dos arquivos institucionalizados. Pode-se afirmar que já existiam práticas arquivísticas antes da institucionalização propriamente dita, porém, é precipitado dizer que já existiam arquivos antes da Revolução Francesa, pois é com a Revolução que a Arquivística começa a ser pensada, já que é a partir dela que se criam os Arquivos Nacionais.

Com a criação dos Arquivos Nacionais, começa-se a busca por métodos e ferramentas para a organização dos arquivos, já que, a partir do início do século XIX, estes começam a servir de fonte para historiadores, e a Arquivística passa a ser considerada como uma “ciência auxiliar da história”, a exemplo de outras disciplinas como a Diplomática, a Paleografia, a Sigilografia, entre outras. Nesse sentido, os arquivos são considerados laboratórios da História.



É neste contexto que se inicia uma série de ações buscando a organização dos acervos documentais, surgindo na França a *École des Chartes*, em 1821, instituição que começou a aplicar métodos da Diplomática, Paleografia, etc.

Anos mais tarde, com uma série de problemas encontrados para organizar os arquivos históricos, Natalis de Wailly promulga o princípio de respeito aos fundos, buscando re-arranjar os documentos da administração francesa.

Todas essas ações buscam parâmetros técnicos para organização dos arquivos, e a prática Arquivística, e a própria teoria dos arquivos, tem seu ponto alto no fim do século XIX com a publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses. Este manual instaura a formação discursiva da Arquivística no sentido de existir uma confluência de enunciados postulados anteriormente, sintetizados nesta publicação. A importância dada a este manual é consenso na área já que ele foi o primeiro e atinge/atingiu arquivistas canadenses, brasileiros, espanhóis, portugueses, chineses, etc.

Terry Cook (2001, p. 21), em seu trabalho sobre os fundamentos históricos da Arquivística, faz a seguinte aceção a respeito do Manual dos Arquivistas Holandeses:

Muller, Feith, e Fruin produziram seu manual para a associação de Arquivistas Holandeses em cooperação com o Arquivo Nacional e o Ministério do Interior cada uma das cem regras no manual foram formalmente discutidas pela sociedade durante os anos de 1890. Típico dos trabalhos escritos por comitês é escrito com muito cuidado e com uma série de exemplos, mesmo em relação a regras é perceptível esse aprofundamento. O manual também reflete as idéias de Muller tomadas da teoria Francesa devido seus estudos na *École des Chartes* e do conceito alemão de proveniência utilizado em uma série de arquivos da Holanda. (Tradução nossa)

Este Manual pode ser considerado não só um marco para disciplina, em sentido estrito, mas como a criação de uma nova formação discursiva, no sentido de que ele instaura premissas básicas para a classificação/arranjo e a descrição em arquivos e reúne em sua discussão boa parte dos enunciados promulgados até então na área.

A contribuição deste Manual foi articular os principais princípios (regras) relacionados com a natureza e o tratamento dos arquivos.

Algumas décadas depois, já no calor do século XX, outro importante manual é publicado pelo arquivista inglês Jenkinson, discutindo a respeito dos princípios da disciplina, e também sobre o papel do arquivista no trabalho de organização dos documentos.

Neste sentido, defende os arquivos como imparciais – naturais – e o arquivista como um guardião de documentos, sem dúvida fruto de reflexões de ordem positivista. Além disso, revisitou uma série de princípios promulgados anteriormente pelo manual dos



Arquivistas Holandeses em varias áreas da Arquivística. Sua produção é importante, devido a sua busca por ferramentas e métodos para uma administração que começava a inchar, e o gerenciamento dos documentos começava a tornar-se caótica.

Anos mais tarde, do outro lado do Atlântico, o americano T.R. Schellenberg baseando-se nos estudos anteriores, promulga uma série de regras e conceitos fundamentais para a disciplina e, na mesma época, devido às características histórico-tecnicas-científicas do final da Segunda Guerra mundial, as práticas da gestão documental principiam a afastar a Arquivística da Histórica, devido às novas características das instituições arquivística da administração.

No Brasil, a Arquivística começa a caminhar com mais segurança a partir da década de 1960, com o aparecimento da Associação dos Arquivistas Brasileiros, e com os primeiros cursos em nível de graduação. É com o suporte dado por essa serie de publicações internacionais, que se inicia o estudo da Arquivística no Brasil.

Nos anos 1950 e 1960, o Brasil vive um processo de modernização em diversas áreas inclusive a científica, o aparecimento do aparelho de fomento à pesquisa é deste período, e, além disso, existem forte mudanças no aparelho de controle (administração) do país, com o surgimento de indústrias, a mudança da capital do país para Brasília, etc.

É neste contexto que surge na Universidade de São Paulo o IEB – Instituto de Estudos Brasileiros, buscando aglutinar pesquisadores e técnicos com o intuito de estudar e organizar acervos a respeito do Brasil, incluindo literatura, sociologia e história.

O caráter multidisciplinar de sua fundação levou o IEB a desenvolver atividades inéditas, em vários âmbitos e inclusive na Arquivística, uma vez que se percebeu a necessidade de estudar e organizar os acervos que vão sendo incorporados à instituição, de maneira que seu papel para a memória e literatura seja inteligível e pesquisável, fazendo com que as pessoas envolvidas, por exemplo, a Prof^a. Dr. Heloisa Liberalli Bellotto, se especializasse em Arquivística.

É neste contexto que aparece um dos manuais estudados. Enquanto parte da formação discursiva da Arquivística, ele é fruto das experiências teóricas e práticas da Prof^a. Bellotto, funcionando como um resumo de boa parte dos estudos em Arquivística no Brasil.

Sendo uma das obras mais referenciadas e estudas na Arquivística brasileira, muitas vezes as discussões traçam um percurso já percorrido e pouco inovador. É necessário ampliar os horizontes não só dos profissionais, mas também da teoria, e de como se dá a sua compreensão, uma vez que um distanciamento cada vez maior dos princípios e leis sólidos torna-se necessário, pois muitas vezes deve-se desconstruir para construir algo melhor.



Desta forma, buscou-se analisar nos manuais selecionadas duas funções fundamentais para a organização dos arquivos a Classificação e a Descrição, funcionando como os termos-pivô de nossa pesquisa discursiva.

O fenômeno discursivo que se analisa é fruto de uma serie de reverberações, e de uma necessidade de justificação do proposto, no sentido de que a visão ali apresentada, não é toda verdade – porém é parte dela, ou melhor, possui a pretensão de o ser.

O discurso científico-técnico é bastante rígido e formal, porém ele caminha para teorias abertas e passíveis de refutação, as teorias científicas são enunciados universais que possuem restrições e limitações. “As teorias são redes lançadas para capturar aquilo que denominamos ‘o mundo’: para racionalizá-lo, explicá-lo, dominá-lo.” (Popper, 1972, p.61)

Neste sentido, o tom dos textos analisados possui características explicativas, exemplos, justificativas segundo outras autoridades, etc., que visam a um embasamento das teorias expostas.

3.2.1 – Análise do *Manual de Arquivos Permanentes*, de Heloisa Liberalli

Bellotto

Os manuais são direcionados a um grupo de sujeitos bastante específico, no caso deste primeiro manual, ele é trabalhado principalmente nos cursos de graduação em Arquivística no Brasil, portanto, a linguagem utilizada neste tipo de produção textual, está direcionada a este público, já que se trata de um resumo teórico dos principais preceitos da área de arquivos esquematizados ao longo de uma trajetória profissional.

A edição analisada é a de 2004, e surge num momento diferente na Arquivística e nos arquivos, momento em que a área internacionalmente encontra novos estudos e ferramentas de trabalho, como normas de descrição (ISAD(G) E ISAAR(CPF)) estudos teóricos buscando aproximar a Arquivística da Ciência da Informação.

O texto começa pela classificação no sentido de que, em arquivística, e em especial quando se fala de Arquivos Permanentes, é necessário identificar os fundos para racionalizar e compreender os grupos de arquivo.

Na teoria Arquivística fica claro que o tronco da classificação é o princípio dos fundos, no sentido em que as fases posteriores, são fruto deste primeiro trabalho “arqueológico” de separação em fundos.

Neste manual isto se justifica da seguinte maneira:

1. Porque mantém a integridade dos conjuntos documentais como informação, refletindo-se no arranjo as origens e os processos que os



criaram. Faculta que “se mantenham os valores de prova inerentes a todos os papeis que são produto da atividade orgânica (...). O conteúdo da prova ministrada pelos papeis, a que se pode atribuir o valor de testemunho, reporta-se à informação que os documentos oferecem sobre os atos que resultaram na sua produção”...]

2. Porque serve para que se conheçam a natureza e o significado dos documentos no seu contexto e circunstâncias (a infra-estrutura e o momento) [...]

3. Porque faz com que haja critério mais ou menos universal no arranjo e uniformidade na descrição [...](Bellotto, 2004, p.138-139)

No período citado, está a justificativa corrente para fundamentar a aplicação da noção de fundo em acervos documentais. A Arquivística, historicamente e discursivamente, é uma disciplina apoiada na unificação das teorias, buscando a padronização das ferramentas e dos métodos. O seguinte enunciado chama a atenção: “Porque mantém a integridade dos conjuntos documentais como informação.”

Por trás deste enunciado, pode-se perceber a aceção de que o arquivo só é arquivo em seu conjunto, e que ele transmite algo tão-somente quando está em seu conjunto. A autora justifica-se à medida que busca em outros textos para se fundamentar e esses enunciados vão ao encontro a esse objetivo.

Portanto, não é apenas o sujeito produtor do texto que está percebendo a classificação desta forma, existem outros enunciados que apontam na mesma direção. O *fundo* é visto como a unidade primordial da classificação, estando aliado e justificado, principalmente na noção de proveniência, noção rígida que fundamenta toda prática de organização em Arquivística.

A autora define o princípio de proveniência da seguinte maneira:

Fixa a identidade do documento relativamente a seu produtor. Por esse princípio, os arquivos devem ser organizados obedecendo à competência e as atividades da instituição ou pessoa legitimamente responsável por sua produção, acumulação ou guarda de documentos. Os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter a individualidade, dentro de seu contexto orgânico de produção, não devendo ser mesclados, no arquivo, a outros de origem distinta. (2004, p.88)

O fundo justifica-se por esse princípio de organização, havendo a necessidade de separar os documentos por suas entidades produtoras, visando à integração entre as diferentes *funções* da instituição que produziu aqueles documentos. Estes conceitos buscam aproximar a instituição Arquivística da Administração, visando à inter-relação dos documentos.

Separados os fundos os outros procedimentos de classificação são consequência, já que são essas duas noções que fundamentam o processo de classificação.



Dado o exposto, cabe explicar os fundamentos da descrição, expostos neste manual. A descrição é considerada para a Arquivística uma atividade final, no sentido em que classificado os documentos, identificado os fundos acaba agora desenvolver os instrumentos de pesquisa e descrever os fundos. “O processo de descrição consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização dos dados.” (Bellotto, 2004, p.179)

Desta forma, a descrição é basicamente a condensação das informações reunidas, a partir do estudo das estruturas, da identificação e da classificação em ferramentas de pesquisa visando a serem utilizadas pelos usuários.

Os enunciados relacionados com a descrição, atualmente, encontram-se de alguma maneira relacionados às normas de descrição internacionais e uma serie de sub-normas relacionadas com a ISAD(G). Durante toda década de 1990 do século XX, a área buscou desenvolver normas de descrição visando a instrumentos de pesquisa que pudessem ser utilizados internacionalmente e descrito em meio digital.

Tradicionalmente, a Arquivística possui os seguintes instrumentos de pesquisa em ordem de especificidade: os guias, os inventários e os catálogos

Os guias são os instrumentos mais gerais que descrevem a instituição Arquivística como um todo. Os inventários descrevem fundos e grupos. Os catálogos podem descrever series ou peças documentais – em casos especiais.

No manual trabalhado, a autora faz essa diferenciação e conceitua dessa maneira. Percebe-se que neste manual existe um breve resumo dos principais métodos e conceitos da área e, por meio dele, nota-se que a Tradição Arquivística brasileira é fruto de uma confluência de teorias, em especial, a espanhola e a americana. Isso é justificável no manual de estudado, já que a professora Bellotto estudou Arquivística os Estados Unidos e na Espanha e foi influenciada por esses contextos.

3.2.2 – Análise do manual *Archivistica Geral*, de Antonia Heredia Herrera

Ao analisar-se o manual *Archivistica Geral*, de Antonia Heredia Herrera, pode-se notar na Arquivística uma prática bastante interessante a respeito de suas publicações. Alguns arquivistas como Heredia, Lodolini, Tamayo tem como principal produção teórica um manual e, com o passar dos anos, vão apenas atualizando seu livro, suprimindo partes que já não pensam ser necessárias.

Este manual é bastante completo, abordando em detalhes todos os conceitos, métodos e exemplos relacionados à experiência pessoal de Heredia como diretora da seção de arquivos de Sevilha, seguindo logicamente os procedimentos de análise que feitos anteriormente. Para a análise, buscaram-se neste manual os conceitos de descrição e classificação – em seus princípios básicos.



Utilizou-se para análise a quinta edição, de 1991, portanto anterior à norma de descrição Arquivística, e este fato modifica toda ordem de análise relacionada à descrição.

A respeito da idéia de fundo a autora faz a seguinte acepção:

A idéia de fundo é a unidade da totalidade da documentação produzida e recebida por uma instituição ou pessoa que possui a necessidade de estar conservada em arquivos. [...] Cada fundo exige uma organização independente e uma programação completa para efeitos da descrição. Enquanto a primeira será preciso um plano de classificação e uma ordenação de suas séries, na segunda precisará de um guia e de um inventário, além de algum catálogo se for considerado conveniente para alguma serie. (Tradução nossa, 1991, p.142)

A autora resume a ligação entre a noção de fundo com as necessidades de descrição, reforçando a noção de fundo como um conjunto de documentos inter-relacionados, sendo os planos de classificação e a ordenação o que tornam essa relação possível.

Sobre a classificação em específico, Heredia a conceitua da seguinte maneira:

Classificar é separar ou dividir um conjunto de elementos estabelecendo classes ou grupos; ordenar é unir todos os elementos de cada grupo seguindo uma unidade de ordem, que pode ser data, ou o alfabeto, ou o tamanho ou um número (Tradução nossa, 1991, p.263)

O ato de classificar é entendido pela autora, e pela literatura corrente da área, como o processo intelectual de dividir os conjuntos documentais a partir ou de regras da estrutura administrativa do fundo, ou pelos tipos/funções existentes. Já a ordenação é entendida como uma atividade fim desse processo intelectual, de ordenar as caixas dentro de uma ordem alfabética, numérica, etc.

Justificando esta acepção, Heredia (1991) afirma que na classificação dos fundos pode-se partir de três elementos: as ações, a estrutura orgânica, e os assuntos; a partir destes elementos se obtém três classificações diferentes, sendo uma relacionada às funções; outra, a estrutura; e por classes/matérias.

A forma de abordagem deste manual é bastante diferente do manual anterior no sentido que está intrinsecamente ligado às tradições da linha espanhola, com princípios, noções e maneiras de abordar os arquivos bem marcados e amplos.

A autora conceitua da seguinte maneira a descrição:

A descrição e a análise realizada por um arquivista sobre os fundos e os documentos de arquivo agrupados natural ou artificialmente, a fim de sintetizar e condensar a informação nos conteúdos para os interados. [...] A descrição é a ponte que comunica o documento com os usuários. Na cabeça da ponte está o arquivista que realiza uma tarefa de análise que supõe identificação, leitura, resumo e indicação que transmite ao usuário para que



este inicie a recuperação em sentido inverso a partir dos índices (Tradução nossa, 1991, p.300)

Esta conceituação retrata uma visão bastante clássica dos arquivos e da forma de entender a descrição no sentido diferencia dois tipos de princípio de organização a natural e a artificial. Além disso, com a analogia entre o serviço de arquivo e os usuários, mas em sentido estrito, esta definição coloca a descrição em seu patamar real, como um processo fundamental para a recuperação dos documentos arquivísticos.

Anterior à norma internacional de descrição Arquivística, o manual explora exaustivamente os tipos de instrumentos de pesquisa existentes. Os guias são conceituados da seguinte maneira:

O guia faz referência aos arquivos, como seu próprio nome indica tem a missão de orientar, fazendo valores globais e destacando o mais importante. Não existe particularização, assinala as características, estabelece relações, aponta bibliografia, aponta a história dos organismos produtores de seus fundos, assinala a gênese documental e as inter-relações entre os grupos e as séries. (1991, p.321)

Como afirmado anteriormente, os guias são os instrumentos mais gerais, e a partir da ISAD (G) tiveram seus campos e descritores normalizados. Eles descrevem, de maneira geral, os fundos, as séries mais importantes.

Nos manuais clássicos, como o manual de Eugenio Casanova (*Archivistica*. Siena: Stab. Arti Grafiche Lazzeri, 1928) o inventário está ligado à descrição; nomeado de outra maneira, o inventário é usado em sentido amplo. Segundo Herredia [...] “o inventário descreve as séries geradas orgânica ou funcionalmente no curso da gestão de uma instituição, ou no caso dos arquivos históricos a descrição das séries documentais em um arquivo histórico” (1991, p.335)

Como dito anteriormente, os inventários são um nível abaixo dos guias, descrevendo pontualmente as séries, ou sub-grupos, contidas no fundo.

“Catálogo é o instrumento que descreve ordenadamente e de forma individualizada as peças documentais ou as unidades arquivísticas de uma série ou de um conjunto documental que guardam entre elas uma relação ou unidade tipológica, temática ou institucional.” (1991, p.360)

A partir do momento em que os fundos são separados, classificados, ordenados e descritos nos níveis dos fundos (guias) nos níveis da série e subgrupos (inventários). As séries mais pesquisadas da instituição são catalogadas, nos níveis das peças documentais, ou no conjunto documental (as tipologias).

Este manual é bastante completo, com exemplos da experiência da autora, de uma clareza dos conceitos tradicionais da área.



3.2.3 – Análise do manual *Os fundamentos da disciplina Arquivística* de Couture e Rousseau

Agora, por fim, as análises do último manual selecionado *Os fundamentos da disciplina Arquivística* de Couture e Rousseau. Manual da escola canadense de Arquivística possui uma série de diferenças na forma que enuncia a classificação e a descrição.

Os arquivistas canadenses têm, desde o final da década de 1970 do século XX, buscado novas maneiras de compreender a organização Arquivística. Jean Yves-Rousseau, um dos autores do livro, é um dos grandes responsáveis por essas mudanças, publicando no fim da década de 70 artigos a respeito da gestão documental buscando unificar os documentos em uma única base teórica.

A outra autora Carol Couture, é professora na Escola de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Universidade de Montreal com uma série de trabalhos na área de gestão de arquivos, preocupando-se com os novos contextos de produção documental e com os fundamentos teóricos da disciplina.

Entender os arquivos como integrados, é perceber que não existe separação entre os arquivos administrativos e históricos e que os valores dados em primeira e segunda instância aos documentos estão inter-relacionados e se complementam.

Muita tinta, saliva, demonstrações e esforços seriam poupados, tanto pelos puros e duros *records managements* [nos Estados Unidos existe uma separação estrutural entre os arquivos administrativos e os arquivos históricos] como pelos da arquivística tradicional (documentos conservados de modo permanente pelo seu valor secundário) se eles quisessem simplesmente entender-se sobre a normalização da denominação do conteúdo e sobre a envergadura das unidades de trabalho. Por exemplo, a série possuiria exatamente a mesma designação que datasse 1992 ou de 1642. (Rousseau & Couture, 1998, p.130)

A respeito da ligação do conceito de fundo, com o princípio da proveniência os autores fazem a seguinte aceção:

O princípio da proveniência é a base teórica, a lei que rege todas as intervenções arquivísticas. O respeito deste princípio, na organização e no tratamento dos arquivos qualquer que seja sua origem, idade, natureza ou suporte, garante a constituição e a plena existência da unidade de base em Arquivística, a saber, o fundo de arquivo. O princípio da proveniência e o seu resultado, o fundo de arquivo, impõem-se à Arquivística, uma vez que esta tem por objetivo gerir o conjunto das informações geradas por um organismo ou por uma pessoa no âmbito das atividades ligadas a missão, ao mandato e ao funcionamento do dito organismo ou funcionamento e a vida da referida pessoa. (Rousseau & Couture, 1998, p79)

Esta citação reforça o caráter primordial do princípio para a organização Arquivística e estabelece a relação entre o princípio da proveniência e o fundo de arquivo. Pode-se



perceber que o fundo é visto com um resultado da aplicação do princípio, ainda chama a atenção para o princípio como uma lei, a lei em ciência pode ser entendida como um fenômeno que acontece com certa regularidade, porém difere-se do conceito de princípio, como parte de um conjunto de regras para explicar um fenômeno.

Encarar este princípio como uma lei é dar maior abertura para o entendimento dos fenômenos de organização em arquivos. Sobre o fundo de arquivo em específico os autores o conceituam da seguinte maneira “[...] Será necessário lembrar aqui que o fundo de arquivo é um agrupamento intelectual de informações registradas em suportes de toda espécie que estão à maioria das vezes, material e fisicamente dispersas.” (1998, p. 90)

Os autores chamam a atenção para um fato interessante, que o fundo de arquivo, mesmo que sendo um fundamento de organização de arquivos, é uma atividade mais intelectual do que prática, neste sentido, abre caminho para as discussões de cruzamento de fundos, buscando mesmo que organizados em fundos, uma representação temática para os usuários. Já que o fundo não precisa ser necessariamente fisicamente aglutinado, pode existir em quanto fundamento e não tão-somente como regra ou princípio de organização.

Neste manual a classificação é citada porém não referenciada enquanto conceito separado das noções de fundo e proveniência descreve-se as unidades de classificação como os fundos grupos e série, porém sem distanciar a classificação da descrição, justificável pelo discurso integrador defendido pelos autores.

A respeito da descrição e dos instrumentos de pesquisa o manual apresenta diferenças terminológicas ente os outros dois manuais estudados apresentando-os da seguinte maneira:

- O catálogo: instrumento de descrição documental de ordem geral que apresenta informação por ordem alfabética do tipo: Catalogo de arquivos(ou catálogos coletivos dos arquivos canadenses no caso do Canadá), catálogos dos fundos.
- O guia por serie, sub-série ou subsub-série: instrumento de descrição documental que fornece uma visão de conjunto de uma série, sub-série ou subsub-série de documentos que possuem uma grande amplitude.
- O inventário catálogo: instrumento de descrição documental destinado a enunciar de modo exato a documentação de um fundo ou de uma coleção de arquivo(1998, p.140-142)

Os instrumentos apresentados pelos autores diferem-se dos apresentados nos manuais anteriores, por tratar de uma tradição de organização diferente, na qual existe mais níveis de descrição e uma quantidade maior de instrumentos de pesquisa, esses três, fundamentais estão aliados a outros tantos complementares visando uma melhor compreensão dos documentos.



Nas outras duas tradições apresentadas, o catálogo é instrumento de pesquisa mais pontual chegando ao nível das peças, o guia é o instrumento mais geral (fundo) e o inventário é instrumento que chega no nível da série.

Percebe-se pela terminologia, algo que mais profundo, existe outro entendimento da forma de conceber a organização arquivística. Buscando uma integração ente os princípios e as funções arquivísticas.

O arquivo é visto em sua totalidade visando uma organização mais consistente e, portanto, buscando maneira de tornar a relação entre os documentos e os usuários mais consistente. Já que a Arquivística, tem buscado atualmente, impor-se como uma disciplina que possui metodologias consistentes para analisar os documentos em meio digital.

4. CONCLUSÕES

Buscou-se com este artigo construir um quadro teórico dos principais fundamentos da disciplina Arquivística, baseando-se em três importantes manuais, buscando neles os conceitos de descrição e classificação e suas implicações teóricas para a prática arquivística.

Procurou-se ainda, por meio do olhar da análise do discurso, buscar um pouco mais a respeito destes conceitos, identificando os sujeitos dos enunciados e os lugares em que esses sujeitos enunciam seus conceitos.

Ainda em cima disso, tentou-se identificar tradições Arquivísticas presentes nos países dos três manuais trabalhados buscando uma melhor compreensão dos contextos e dos próprios conceitos. Uma vez que se entende que a teoria está aliada a um jogo exterior a ela mesma.

Procurou-se com isso, compreender qual é o papel da Arquivística enquanto disciplina, para a organização dos acervos.

São necessários estudos de ordem teórica buscando uma maior flexibilidade dos princípios de organização da Arquivística, já que se entende que é a teoria que deve se adequar à sociedade e não a sociedade se adequar às teorias, as informações precisam ser encontradas, classificadas e descritas, se Arquivística não fazê-lo outra disciplina pode ocupar seu lugar.



REFERÊNCIAS

BELLOTTO, H.L. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. 2ª ed. rev.ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004, 318 p.

BRANDÃO, N. H. H. *Introdução a Análise do discurso*. 2.ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004

COOK, T. What is Past is Prologue: A history of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift. *Archivaria* n.52 fall, 2001

COUTURE, C. ROUSSEAU, J-Y. *Os Fundamentos da Disciplina Arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

GREGOLIN, M. R. V. *Análise do Discurso: História, epistemologia, exercícios analíticos*. Texto crítico de Livre-Docência em Análise do Discurso. Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2008.

HEREDIA, A. H. *Archivística Geral : teoria e prática*. 5.ed. Sevilha: Diputación Provincial de Sevilha, 1991

MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 1997

Análise de textos de comunicação. Trad. de M. C. P. de Souza-e-Silva / A. D. Rocha. São Paulo: Cortez. 2005.

PECHEUX, M. *Discurso: Estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1991

POPPER, R. K. *A lógica da pesquisa Científica*. São Paulo: Editora Cultrix, 1975